

EDITORIAL

EDITORIAL

JORGE L. VIESENTEINER¹

UFES - Brasil
jvies@uol.com.br

É com grande alegria que publicamos o Dossiê Especial da Revista Sofia com a temática “Filosofia e Educação/ Filosofia e Ensino”. Dentre os debates urgentes que implicam a comunidade filosófica inteira, certamente a relação entre filosofia e educação, bem como filosofia e ensino deve (ou deveria) ocupar um espaço de discussão cada vez mais intenso e relevante. Ampliar os espaços públicos de debate não apenas é um gesto bem-vindo, mas sobretudo necessário em tempos de sequestros e esvaziamentos de espaços saudáveis de discussão. Nesse sentido, o número especial da **Sofia**, acima de tudo, vem ocupar precisamente esse espaço de debate tanto para ampliar a discussão, quanto também para consolidar-se como espaço público de debate sobre questões urgentes da comunidade filosófica.

A partir desse horizonte, duas razões principais motivam a organização e publicação desse Dossiê: por um lado, a urgência do tema em função da perda de espaço da disciplina de filosofia no Ensino Médio, na direção da sua deterioração e da maneira como resultou na Base Nacional Comum Curricular (BNCC); por outro lado, motiva-nos o debate em virtude do início das atividades do Mestrado Profissional em Filosofia, o PROF-FILO, aqui no núcleo UFES.

No que se refere à primeira motivação, não parece exagerado dizer que a filosofia passou a ocupar um delicado espaço em termos de presença política e curricular na nova BNCC. O retrato da filosofia na BNCC é, em partes, resultado de um espaço político que a filosofia deixou de ocupar nos últimos anos, atrelado, a meu ver, a um excessivo exercício filosófico em proveito da pesquisa, mas em detrimento do ensino de filosofia. Isso significa que, se por um lado, a pesquisa em filosofia conseguiu dar passos largos nas duas últimas décadas tanto no tocante à qualificação das produções, quanto no estreitamento e ampliação de laços internacionais de pesquisa, pavimentando de forma consistente o processo de consolidação da pesquisa em filosofia, por outro lado, contudo, esse processo foi acompanhado de um enfraquecimento com as preocupações em relação ao ensino de filosofia que, igualmente, implica ocupar certos espaços políticos nas instâncias institucionais da Educação no Brasil. Ao mesmo tempo em que o horizonte da pesquisa exegetica se especializa, a ocupação de espaços políticos fundamentais

¹ Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

para as garantias da disciplina de filosofia se arrefeceu. Obviamente não utilizo esse argumento de forma simplista ou reducionista! Inúmeras iniciativas de colegas em nossa comunidade – que me abstenho de citar nomes para não cometer injustiças – foram e ainda são fundamentais tanto no aspecto teórico do ensino da filosofia (iniciativas que foram capazes de criar excelentes tradições de debate e um significativo amadurecimento nessa área), quanto no aspecto político em relação ao envolvimento nos principais debates no âmbito político. Seríamos uníssonos, pois, em reconhecer a dimensão e relevância dessas inserções e iniciativas. De qualquer modo, não me parece que esses esforços receberam o devido apoio da comunidade filosófica, imensamente mais preocupada com a consolidação da pós-graduação e da pesquisa, do que com o debate da filosofia com a educação e o ensino, relegando a outras áreas a ocupação de espaços políticos de discussão fundamentais para o fortalecimento e a consolidação da filosofia como disciplina. Dentre outros fatores, é claro, essa despreocupação política na ocupação de debates públicos e institucionais com a filosofia e seu ensino não pode deixar de ser mencionada, se queremos compreender o lugar que a filosofia, como disciplina, passou a ocupar nas instâncias da educação brasileira.

Debater filosofia e educação/ filosofia e ensino, portanto, é urgente tanto com vistas à ampliação do debate teórico quanto aos passos de inserção que precisamos dar em instâncias políticas. Sem dúvida que apenas a ocupação de espaços políticos de debate não é argumento necessário e suficiente para o fortalecimento da filosofia, mas é no mínimo argumento necessário para uma reversão do nosso quadro.

Nesse contexto de ocupação de espaços, e aqui exprimo a segunda motivação para a organização e publicação desse Dossiê, o PROF-FILO – incluindo todos os núcleos espalhados pelo Brasil, inclusive aqui na UFES –, vem exercer não apenas a função de qualificação de professores como política pública, bem como ampliação do debate sobre o Ensino de Filosofia, mas exerce também uma figura política decisiva nesse momento de arrefecimento da filosofia. E por um motivo muito simples: um mestrado profissional em filosofia é aprovado e começa a funcionar no exato momento em que a filosofia deixa de ser disciplina obrigatória na nova BNCC (pelo menos até o momento e como as coisas vão se consolidando). Essa condição, contudo, conforme já foi ventilado e debatido entre os núcleos do PROF-FILO nesse início de funcionamento, em nada fragiliza o empenho, aprofundamento e ampliação daquilo que se propõe na formação de professores, mas ao contrário, tanto fortalece quanto também se constitui como uma ramificação de ocupação – inclusive em termos institucionais – daqueles espaços políticos na educação brasileira. Nesse sentido, o PROF-FILO se converte em uma espécie de contra-movimento à derrocada das condições tanto teóricas do debate quanto políticas de ocupação de espaços de decisão. O núcleo da UFES, por isso, tem a alegria de poder contribuir com o debate, fortalecendo os laços institucionais e ampliando os espaços de discussão.

O Dossiê que se segue envolve discussões que vão de aspectos teóricos até práticos do ensino de filosofia, bem como desenvolve as estreitas relações entre

filosofia e educação. No horizonte das reflexões sobre Ensino de Filosofia, o artigo de Edgar Lyra debate a *Retórica* de Aristóteles, notadamente por meio da apresentação resumida dos seus três livros, com especial atenção às noções de “*pistis*” e “*topos*”, a fim de indicar em que medida esse debate auxilia no Ensino de Filosofia e nas práticas docentes. O texto de Ronai Rocha aborda as diferentes formas de apresentação da filosofia e as dificuldades que se originam a partir delas no âmbito curricular e de ensino. Rejeitando a caracterização subjetiva para a decisão da forma de apresentação, o artigo propõe um triplo eixo do ensino de filosofia, a saber, aquela considerada como produto, como problema e como processo. É justamente por meio desses eixos que Ronai tenta caracterizar com maior precisão a disciplina de filosofia. A preocupação com o ensino de filosofia particularmente no Ensino Médio foi debatida no texto de Jorge da Cunha Dutra, especialmente com o emprego da metáfora de “leque filosófico”, por meio da qual o autor objetiva explicitar os limites daquilo que pode ou não ser suficientemente entendido como conteúdos filosóficos no currículo escolar. Ainda na preocupação com Filosofia e Ensino, mas agora no que se refere ao conceito de interpretação e leitura de texto, Roberto Goto põe em questão o que denomina de regressão à “mensagem” na prática de leitura e interpretação de textos filosóficos, ou seja, o suposto emprego de determinadas chaves interpretativas que dariam acesso privilegiado à “mensagem” do texto. O texto platônico é justamente tomado pelo autor como exercício reflexivo para indicar em que medida, inclusive na academia, procede-se à simplificações ali onde não se poderia superficializar, como é o caso do caráter polifônico do texto platônico. O artigo de Joelson Onofre e Maurício Alves pontuam também o ensino de filosofia como uma nova epistemologia, cuja ênfase é seu caráter universal, cujo propósito é pensar a filosofia na educação básica e seu papel na formação de professores que, segundo os autores, precisam engajar-se em uma perspectiva interdisciplinar da filosofia capaz de dialogar com múltiplas matrizes de pensamento, inclusive aquele de ensino de filosofia africana. Em estreito debate com demandas contemporâneas, o artigo situa o ensino de filosofia também como forma de resistência e jamais de recuo diante dos desafios contemporâneos. O Artigo de Jenerton A. Schütz e Ivan L. Schwengber insere a clássica questão já proposta por Kant, a propósito dos limites entre ensinar filosofia ou aprender a filosofar. Sustentando que o exercício filosófico consiste na tese deleuziana de criação de conceitos, o texto relaciona tanto os limites do ensinar a filosofia quanto também do aprender, enfatizando, por fim, a especificidade da filosofia, justamente aquela de criar conceitos. O artigo de Alexander de Freitas e Marília M. Pisani exprimem um relato de caso, baseado na experiência com a disciplina de “Laboratório de Ensino de Filosofia”, que por sua vez, é uma disciplina obrigatória do Mestrado Profissional em Filosofia, o PROF-FILO. Tendo como fio condutor a pergunta pela natureza do PROF-FILO, notadamente na tentativa de delimitar sua natureza e se distanciar da tese da “reciclagem”, a experiência dos professores caminhou no sentido de situar a disciplina enfocando o processo e escrita de si, por meio de três modalidades – o caderno de esrileituras, as cartas e o memorial –, mas enfocando também as experiências profissionais de cada aluno/professor.

No horizonte das reflexões sobre Filosofia e Educação, o artigo de Lúcia S. Hardt e Rosana Moura aborda diretamente o tema da formação humana a partir dos filósofos Nietzsche e Gadamer. As autoras situam a questão da formação numa dupla relação relativamente à tradição: por um lado extraindo o que pode se tornar limitante na tradição e, por outro lado, o que ainda pode fazer sentido e se tornar fecundo para o debate formativo entre Filosofia e Educação, sem deixar de lado a ênfase nas demandas e contextos atuais. A preocupação com a formação também é problematizada no artigo de Fátima M. N. Lopes, mas agora no sentido mais específico da formação do docente em filosofia e como ela se desdobra em sua prática no Ensino Médio, sobretudo por meio dos conceitos de semicultura e semiformação de Adorno. O enfoque principal dessa formação docente está no exercício da pesquisa e do estágio como local privilegiado para a pesquisa e conexões de outros horizontes filosóficos. Isso implica, segundo a autora, que a adequada formação docente em filosofia orbita na interconexão de conceitos como ensino, pesquisa e estágio, justamente a constelação que pode alavancar a superação da semiformação na área de filosofia. Adorno também está presente no artigo de Wanderley J. Deina, especialmente na análise da precária presença da filosofia no Ensino Médio e as constantes reformas educacionais nos currículos brasileiros. Enfatizando a tese da educação como instrumento emancipatório, o autor debate com Adorno no sentido de explicitar as vantagens da filosofia nessa emancipação, em que pese as limitações culturais e institucionais. Nesse horizonte, a preocupação com a filosofia nas reformas curriculares é fundamental justamente para refletir sobre sua presença e função social. O artigo de Patrícia Reis tematiza a tese da instrução pública na filosofia de Condorcet, por meio da caracterização de três horizontes de reflexão, a saber, a diferença entre instrução pública e educação, a quem se destina a instrução pública e as disciplinas curriculares nesse processo. Na medida em que explica as funções que a instrução pública possui, a autora termina por enfatizar o caráter político desse processo, especialmente porque por meio da escola cada cidadão tem de reunir condições de engajamento na coisa pública, inclusive no exercício das funções públicas.

Cada um desses artigos, ao lado da belíssima resenha escrita por Gisele Secco sobre o livro *Quando Ninguém Educa: questionando Paulo Freire*, de autoria de Ronai Rocha, percorre tanto questões tradicionalmente debatidas pela tríade Filosofia, Ensino e Educação, quanto também aborda demandas urgentes dessa mesma tríade. Nesse sentido, espera-se com o Dossiê multiplicar os canais de interlocução, justamente porque os artigos aqui publicados preenchem precisamente as duas lacunas inicialmente explicadas nesse editorial, como motivações para a organização do Dossiê: uma ampliação do debate sobre Ensino de Filosofia com a conseqüente função política que o debate precisa receber, mas também uma investigação sobre a natureza do PROF-FILO e igualmente o papel que precisa ocupar.

Agradeço imensamente às autoras e autores do Dossiê pela contribuição no empenho dos textos e das discussões, e desejo a todas e todos uma excelente leitura.